

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL SEGUNDO O FILÓSOFO HÚNGARO ISTVÁN MÉSZÁROS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

THE STRUCTURAL CRISIS OF THE CAPITAL ACCORDING PHILOSOPHER HUNGARIAN ISTVÁN MÉSZÁROS AND ITS REFLECTIONS IN EDUCATION.

Elaci Costa Ferreira de Carvalho¹

RESUMO

Este artigo discute a crise estrutural do capital, segundo a concepção do filósofo húngaro István Mészáros, a qual irrompeu na década de 1970 e que tem atingido toda sociedade. Enfoca, também, os resultados, na educação formal, da ofensiva do capital diante da aludida crise, a qual inclui o processo de reestruturação produtiva, o qual exige um trabalhador com um novo tipo de conhecimento, mais adequado ao processo produtivo vigente e as políticas neoliberais que influíram negativamente na área educacional, mediante a realização de reformas educacionais caracterizadas por valores mercantis, que contribuíram para transformar a educação em um campo lucrativo para o capital (principalmente no nível superior), com a conseqüente privatização e mercantilização da mesma. Aponta para a necessidade urgente de ampliação das estratégias de luta, com vistas à criação de uma sociedade emancipada, onde será possível a existência de uma educação integral, segundo a concepção marxiana.

PALAVRAS-CHAVES: Crise estrutural do capital. Educação. Políticas neoliberais. Processo de reestruturação produtiva.

ABSTRACT

This paper discusses the structural crisis of the capital according to the conception of Hungarian philosopher István Mészáros, which arose in the 1970's decade, which reached the whole society. Focuses too on the results in the formal education of the capital's offensive, in face of the alluded crisis which includes the process of re-structuration productive that requires a new kind of knowledge, more appropriated to the actual productive process, and the neoliberal policies that influenced negatively in the educational area by means of the accomplishment of educational reforms characterized by market's values that contributed to change the education in a profitable field (mainly in higher education) with the consequent privatization and commoditization. Points towards the urgent necessity of enlarge fight strategies intending creates an emancipated society where there will be possible the existence of an integral education according to Marx's conception.

KEYWORDS: Capital's structural crisis. Education. Neoliberal policies. Process of re-structuration productive.

Discorrer sobre os graves problemas enfrentados pela educação e a degradação que lhe é imposta pelo predomínio das relações de mercado, com maior

ênfase no momento histórico que vivemos no sentido de sua mercantilização e privatização (essa segunda ocorrendo, principalmente, na área do ensino superior, segundo orientação dos organismos multilaterais), de sua transformação de bem público em bem privado, sem fazer referência ao capital e a sua crise estrutural, a qual irrompeu na década de 1970, seria no mínimo uma impropriedade.

Para o filósofo húngaro István Mészáros, o qual empreendeu uma crítica ao capital em sua magistral obra “Para além do capital”, a crise estrutural do capital não atingiu só a esfera socioeconômica, mas também todas as dimensões da sociedade, já que “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente”(MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Para o educador brasileiro Saviani, só com o conhecimento da lógica do capital será possível se chegar a um conhecimento mais profundo da realidade e da própria educação. Em suas palavras, temos que “não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea, sem se compreender o movimento do capital” (SAVIANI, 2005, p. 17).

O CAPITAL E SUA CRISE ESTRUTURAL

Marx, ao analisar a sociedade burguesa, teve como ponto central dessa análise, o capital, “o poder econômico onipotente da sociedade burguesa” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.702), o qual se constitui numa relação social – embora não seja uma simples relação, mas um processo... (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.711) - que se reproduz, mediante a exploração do trabalho, através da extorsão da mais-valia, gerando uma riqueza contínua e incessante que deve ser ampliada sempre.

Como categoria econômica, o capital surge antes da formação do capitalismo e pode até mesmo sobreviver em formas pré-capitalistas. Na realidade, “o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1065).

Na antiguidade, surgiram as primeiras formas históricas de capital: o capital usurário e o capital mercantil, bem como a produção de mercadorias, isso antes da era capitalista, pois para Marx, “embora os primeiros traços esporádicos da produção capitalista já apareçam previamente nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI” (MARX apud MELLO, p.23).

Só a partir do momento em que há a predominância das relações mercantis, e do valor de troca sobre o valor de uso, é que podemos falar de um sistema do capital desenvolvido, da era capitalista propriamente dita, pois antes disso, segundo Mészáros (2002), apoiado em Marx, temos que

todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau da história muito antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes (MÉSZÁROS, 2002, p.703).

Só no capitalismo, em sua maturidade, é que há o domínio absoluto do capital, “o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital” (ANTUNES *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.16).

No capitalismo, o valor de uso (para atendimento das necessidades humanas) é suplantado pelo valor de troca (mercadoria a ser vendida), a produção é destinada para o lucro e a força de trabalho é considerada uma mercadoria. Mészáros (2002) caracteriza o capitalismo como uma

fase particular da produção do capital na qual:

- 1.a produção para a troca [...] é dominante;
- 2.a própria força de trabalho [...] é tratada como mercadoria;
- 3.a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
- 4.o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
- 5.a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
- 6.de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente independente de dominação e subordinação econômica (MÉSZÁROS, 2002, p.736-37).

Em seu desenvolvimento na história da humanidade, o capital ultrapassou os obstáculos mais “sagrados”, superou regras morais e idéias seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições, abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, passando por cima de tudo que limitasse essa busca, sendo por isso “considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas ”(MÉSZÁROS, 2002, p.100). Na verdade, “os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam

ser considerados “fatores de produção” externos em termos da lógica auto-expansionista do capital”(op.cit. p.253).

No início de sua escalada, em sua fase de expansão, o capital teve um efeito progressista¹, mas em sua trajetória, inevitavelmente, devido a sua lógica auto-expansiva, no interesse exclusivo de sua auto-reprodução ampliada, não levando em consideração as necessidades humanas, ele resistirá, de modo destrutivo, ao que se interpuser em seu caminho, no sentido de ir de encontro ao seu objetivo de ampliar a produção da mais-valia. Nesse sentido, Mézáros (2002) afirma que

a tendência universalizadora do capital tem sido irresistível (e, também, de muitas maneiras benéfica) há muito tempo na história. Por isso, alguns clássicos da filosofia burguesa podiam conceituar – com certa justificativa – o “mal radical” como instrumento para realizar o bem. Contudo, para ver o mundo do ponto de vista do capital, eles teriam necessariamente de omitir as limitações históricas. Em si, o capital não é mau nem bom, mas “indeterminado” em relação aos valores humanos. No entanto, essa “indeterminação” abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista (MÉSZÁROS, 2002, p.252).

Devido a sua própria natureza auto-expansionista, no sentido de submeter o trabalho aos seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições à sua lógica nem se auto-limita. Nesse sentido, Mézáros (2002, p.251) afirma que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as conseqüências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”, e para reforçar sua asserção cita Marx, para quem o capital

é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (Grenze) é e tem de ser uma barreira (Schranke) para ele. Caso contrário ele deixaria de ser capital – dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo valor de uso, passando da forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta. (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.251).

Em sua fase de ascensão histórica, o capital ainda podia fazer determinadas concessões, mas com o fim dessa fase, suas contradições não podem mais ser

¹ No sentido do papel progressista da classe burguesa, consultar: O Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels) e A Questão Judaica (K. Marx).

ocultadas. Sua própria expansão, agora, encontra barreiras importantes, como afirma Mészáros (2002, p.946)

a “hora da verdade” só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades de expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando de forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva”.

É o que acontece agora, no atual momento histórico por que passamos, quando estamos enfrentando uma situação de crise estrutural do capital, a qual teve início na década de 1970, quando a maioria da população mundial, se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida, como demonstram: o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza, segundo postularam Walt Rostow e John Kenneth Galbraith (MÉSZÁROS, 2007, p. 125/126).

Em relação à origem da crise estrutural do capital e ao espaço onde a mesma está incluída, Mészáros, (2002, p, 798) afirma que “... a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas...”. Essas são as três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Mészáros afirma que, enquanto essas dimensões estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise estrutural, podendo haver outros tipos de crise, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não coloca “em questão os limites últimos da estrutura global” (idem, ibidem). Só se pode falar em crise estrutural do capital, segundo Mészáros (2002, p.799) quando

[...] a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem

absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de *deslocamento de contradições* (grifo do autor).

Diante do exposto, fica patente que vivenciamos uma crise sem precedentes que atinge todas as dimensões da sociedade: econômica, política, educacional. Para Mészáros, (2002, p.800/272), “esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica”. É uma crise que, também, “afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital”. Sendo assim, as instituições que contribuem para a reprodução dos valores burgueses como: a família, a igreja e as instituições de educação formal, também se encontram em crise. Segundo Mészáros, (2002, p.994-95) a esse respeito temos que

simultaneamente, algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca antes sequer imaginada. O poder da religião, no Ocidente, evaporou-se quase que completamente há muito tempo, mas este fato tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas... [...] **a crise estrutural da educação** tem estado em evidência há já um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que esta intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares. (grifo nosso).

Sob a crise estrutural do capital, ao contrário do que acontecia durante as crises parciais, temos a ativação dos limites absolutos² do capital, efetivada devido ao fato da constatação do fim da ascendência histórica do capital no atual momento histórico (Mészáros, 2002, p.219). Nas crises periódicas, apesar de suas graves conseqüências, só os limites relativos do capital são ativados. Esses limites, segundo Mészáros (2002, p.175)

são os que podem ser superados, quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação econômica, minimizando, por algum tempo, os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.

² Os limites absolutos são aqueles que não podem ser deslocados/ultrapassados no interior da lógica reprodutiva do capital. Constituem parte integrante do funcionamento do capital em sua fase destrutiva, são inelimináveis e avançam junto com a auto-reprodução do capital, se aprofundando. São eles: o desemprego crônico, a destruição dos recursos naturais finitos, a luta pela emancipação das mulheres e o conflito entre o desenvolvimento do capital transnacional e os Estados nacionais.

Devido ao fato de, durante a crise estrutural, os limites absolutos do capital terem aflorado, Mészáros, (2002, p.217) afirma que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico.”

Em relação aos limites absolutos do capital, de forma oposta aos limites relativos, Mészáros, (2002, p.175) esclarece que os anteriores

inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Conseqüentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar, a qualquer custo, seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e conseqüências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias.

É importante ressaltar, como o fez Mészáros, (2002, p.526), que o temor de que o capital possa um dia encontrar seu limite absoluto é antigo, “desde Adam Smith” e que, hoje, “este medo transforma-se numa realidade inevitável.”

Faz-se necessário reconhecer que os limites absolutos do capital foram ativados, pois nesse fato estão embutidas possibilidades destrutivas, como assevera Mészáros, (2002, p.219); mas também, segundo esse autor, é necessário “introduzir algumas ressalvas, a fim de evitarem mal-entendidos e ilusões de falso otimismo com relação à saída da crise.” São elas:

Em primeiro lugar [...] a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa.” Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas do seu modo de controle sociometabólico. Em segundo lugar [...] não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que tente de tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais.

Em relação às questões graves que são enfrentadas pela humanidade, atualmente, as quais são formas de expressão da ativação dos limites absolutos do capital, Mészáros, (2002, p.222) seleciona quatro para serem objeto de sua análise: o desemprego crônico, a destruição do meio ambiente, a contradição entre o

desenvolvimento econômico transnacional e os Estados nacionais e a luta pela emancipação das mulheres. Ele alerta para o fato de que as mesmas não são consideradas de forma isolada, mas ao contrário, “cada uma delas é o centro de um conjunto de grandes contradições.” Essas questões afetam de forma profunda o funcionamento do próprio sistema do capital. Para Mészáros

[...] os tipos dinâmicos de relacionamento expansionista manifestos no passado, sob os quatro conjuntos de determinação [...] já não podem mais continuar sendo positivamente sustentados. É algo bem pior. Nas condições do desenvolvimento histórico que hoje se desdobram, esses quatro conjuntos de forças interativas já não representam apenas uma ausência (que por si só já seria bastante ruim); mas um impedimento atuante para a acumulação tranqüila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital (MÉSZÁROS, 2002, p.227).

Diante da gravidade dessa situação historicamente dada, se impõe a urgência da superação do capital, antes que a humanidade chegue a um ponto onde nada mais se possa fazer. Os sinais já se fazem presentes, como: a contínua destruição do meio ambiente, o aumento alarmante do fosso entre ricos e pobres, o aumento acelerado da violência, o desemprego estrutural, a demanda constante por cortes de gastos na área social, justamente num momento de aumento da pobreza.

Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade, desemprega e precariza o trabalho, embora esta não seja uma maneira nova de o capital resolver os problemas, de forma destrutiva; isso, hoje, é intensificado. Para Mészáros (2002, p.1093)

esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, de situações de crise, isto é, destruindo sem cerimônia unidades super-produzidas e não mais viáveis do capital, e reconstituindo a lucratividade do capital social total [...] a inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna, então, o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema, orientado no sentido da produção para a destruição, como procedimento corrente.

REFLEXOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO

Diante do quadro, apenas esboçado, da crise estrutural que vivenciamos, podemos perceber que ela atinge todas as áreas da sociedade, inclusive a esfera da

educação tanto em seu sentido amplo (formação do indivíduo), como no que se refere à educação em sentido estrito, a escolarizada, sendo que será sobre a educação formal que nos deteremos.

Os efeitos nefastos da crise estrutural do capital atingem a educação no que se refere aos poucos recursos financeiros destinados à área, o que é consequência dos cortes nos gastos com a área social, não só nos países periféricos, como também nos países centrais, os quais vivem sob o impacto da desintegração do Welfare State. Nesse sentido, Mézáros (2002, p.916) afirma que

[...] é a crise estrutural profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente [...] o sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência, muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente, o Estado de bem-estar social, que há muito tempo chegou a constituir sua finalidade justificadora.

A crise estrutural do capital atinge também, devido às novas necessidades que surgem com a reorganização do processo produtivo, visando a recomposição da rentabilidade do capital nos principais países capitalistas, a formação escolar do trabalhador, para o qual se requer novas qualificações e habilidades que lhe permita apenas servir ao capital, nesta sua nova fase, com um conhecimento suficiente para atender às demandas do novo processo produtivo, sem ampliar muito sua área de conhecimento, a fim de que não haja possibilidade de se pensar outra realidade que não a formada por relações alienantes, o que, na verdade, sempre ocorreu nesta sociabilidade: o controle do conhecimento por quem domina economicamente e politicamente. Nesse sentido, Duarte (2006, p.47) afirma que

para a reprodução do capital torna-se hoje necessária, uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, há necessidade, no plano ideológico, de limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundindo a idéia de que o mais importante a ser adquirido, por meio da educação, não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo. Há que difundir a idéia de que o desemprego e o constante adiamento da concretização da promessa de fazer o Brasil ingressar no Primeiro Mundo são consequências da má formação dos trabalhadores...

A partir da instauração da aludida crise, com o desenvolvimento do processo de reestruturação produtiva e do ideário neoliberal, como reação burguesa à crise, o capital, através dos seus representantes

vem adequando a educação às exigências do novo padrão de produção, que requer um outro tipo de formação, ou seja, uma formação polivalente; onde o trabalhador seja capaz de realizar diversas funções com dinamismo, empreendedorismo, espírito de iniciativa e alta qualificação técnica (MORATO, 2004, p. 103).

Assim sendo, perante a deflagração da crise estrutural, se fez necessário elaborar meios para enfrentá-la. Diante do novo padrão de produção instaurado, sob a ótica do toyotismo, o qual, segundo Alves (2000, p.32), pode ser considerado “como a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital,” a velha educação já não atende às novas necessidades do capital, pois surgem novas exigências de qualificação da força de trabalho, em que se impõe a necessidade de realização de reformas educacionais, que têm como base as noções de empregabilidade e competências. Em relação a essas noções, Ramos (2002, p.302/03) afirma que

a noção de competência, principalmente no plano educativo e de empregabilidade, no plano do trabalho, compõem o conjunto de novos signos e significados talhados pela cultura pós-moderna, desempenhando um papel na representação da sociedade quanto à forma de os trabalhadores localizarem-se e moverem-se diante da nova lógica do capital.

As reformas liberais na área da educação, em plena crise do capital, foram realizadas no Brasil na década de 1990. Elas também foram realizadas, em outros momentos, em grande parte dos países capitalistas centrais por exigência do processo de reestruturação da produção e das políticas neoliberais. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2002, o Presidente Bush assinou a Lei do Ensino Fundamental e Médio, conhecida como “No Children Left Behind” (Nenhuma criança será deixada para trás), na qual, entre seus objetivos, estava a “fantasia” de acabar com as diferenças de desempenho escolar entre crianças pobres e ricas e entre negros e brancos, o que se constituiu, logicamente, em um fracasso, segundo matéria do “The New York Times Magazine, de 12 de novembro de 2006. A legislação também estabeleceu testes, responsabilizou as escolas que não funcionarem conforme padrões estabelecidos e

incluiu “uma agenda mais ampla de privatização e mercantilização” (APPLE, 2005, p.18).

Com algumas semelhanças com as reformas realizadas em países centrais, no Brasil, na década de 1990 , as reformas na área da educação tiveram como orientação principal os valores do mercado, visando transferir a responsabilidade pública para a sociedade civil, contribuindo para a mercantilização e privatização da educação, sendo que o nível superior foi o mais atingido no sentido da privatização, com a criação de centenas de faculdades privadas, com cursos de baixo nível. O campo educacional torna-se, assim, um espaço lucrativo para o capital, que por estar em crise, necessita cada vez mais de áreas para investimento. Na verdade, essas reformas

foram e ainda são uma intervenção produzida por setores da sociedade civil organizada e pelas autoridades educacionais, tendo como uma das referências principais as propostas das agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental e pela busca do consenso geral (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004, p.42).

Quanto aos resultados obtidos com a realização das reformas, apesar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso orgulhar-se de ter ocorrido, em seu governo, a “universalização” do acesso ao ensino fundamental, os dados do documento Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil (Brasília, 2006) indicam um quadro de injustiça e desigualdade gritante no Brasil, com o aprofundamento da concentração de renda e níveis altos de desemprego, com deficiências graves na área educacional, no que se refere às altas taxas de repetência e evasão, analfabetismo, baixos salários dos professores, entre outras discrepâncias sócio-pedagógicas.

Apesar da realidade socioeconômica, da totalidade social mostrar um quadro oposto ao discurso das autoridades da nação, os apologistas do capital e uma esquerda rendida e desnordeada se negam a ver que não será através da educação que se superará o caos social que reina na sociabilidade capitalista. Nem mesmo com a extinção das políticas neoliberais, e muito menos, com as “soluções quixotescas”, expressão usada por Mészáros (2002, p. 996), como “amigos da escola,” “programa do voluntariado,” ou mesmo a concessão de prêmios para professores e escolas eficientes, se conseguirá sequer resolver os problemas particulares do campo educacional, já que esses são parte intrínseca de uma sociedade erigida sobre

relações sociais de produção alienadas. Na verdade, existe uma ação de deslocamento dos problemas, agindo-se sobre as conseqüências e não sobre as causas dos mesmos.

Estando a educação submetida à alienação que “é uma negação do especificamente humano,” só mediante a superação dessa é que haverá “a transformação radical da educação, de mero instrumento de hegemonia burguesa, num órgão de autodesenvolvimento e automeiação consciente.. (MÉSZÁROS, 2006,p.230).

Só através de uma mudança estrutural da sociedade, das relações sociais de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalhador, é que a educação poderá contribuir para a formação integral do ser humano, acabando-se com a unilateralidade na formação dos indivíduos, a qual é inerente à sociabilidade onde impera a divisão do trabalho.

O acesso à educação tem sua importância, diga-se fundamental, na vida do homem; embora o fato de vivermos sob a divisão do trabalho, em uma sociedade submetida às relações alienadas e alienantes, propicie um tipo de educação que forma para a submissão a essas relações, formando indivíduos unilaterais, competitivos e egoístas, sendo que, mesmo que se tenha acesso às noções críticas educativas, é claro, sempre de forma pontual, isso não mudará, pois esse tipo de sociedade só funciona a partir de relações que coisificam o homem. A respeito, Mézáros (2007, p.299) esclarece que

naturalmente, o poder da falsa consciência não pode ser superado pela ilustração educacional (por mais bem intencionada) somente dos indivíduos. Os indivíduos particulares como indivíduos isolados estão à mercê da falsa consciência reificadora, porque as relações reprodutivas reais historicamente dadas em que estão inseridos, só podem funcionar com base na “personificação das coisas e reificação das pessoas”.

Diante do exposto, é premente uma organização de massa da classe trabalhadora, com vínculos internacionais, no sentido da superação da sociedade de mercadorias. Quanto à forma de educação dos indivíduos sociais

somente por meio da educação concebida como a auto-educação radical dos indivíduos sociais, no curso de sua “alteração, que só pode ter lugar em um movimento prático, em uma revolução”, somente nesse processo podem os indivíduos sociais tornarem-se simultaneamente educadores e educados (MÉSZÁROS, 2007, p.314).

Com os olhos fixos neste horizonte, podemos e devemos enfrentar o capital, na luta por melhores condições na área educacional, mas conscientes de que a educação que forme o indivíduo integralmente, e seja igual para todos, só em uma sociedade comunista.

CONCLUSÃO

Não podemos relacionar, diretamente, a degradação que a educação vem sendo submetida, tanto nos países centrais do capitalismo, como nos periféricos, à crise estrutural do capital. Com certeza, não há uma vinculação direta, mecânica entre as duas; mas podemos afirmar que essa crise ocasionou respostas, por parte dos representantes do capital, as quais geraram uma série de transformações socioeconômicas e políticas, que atingiram as várias dimensões da realidade social, tanto em sua base produtiva como na área político-ideológica.

Na base produtiva, a ofensiva do capital se fez sentir através da instauração do complexo de reestruturação produtiva, o qual atingiu duramente a classe trabalhadora, no sentido do aumento de sua exploração e do aumento do desemprego, que agora se tornou crônico, através de seus mecanismos e inovações, tanto na área da produção (robótica, microeletrônica, por exemplo), como na área de gestão produtiva (programas de qualidade total e círculos de controle de qualidade), além dos processos de terceirização, realocização de indústrias, entre outros.

Na área político-ideológica, surgem as chamadas políticas neoliberais, as quais despontaram, primeiro na Grã-Bretanha, com Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, chegando aos países da América Latina e Leste Europeu nos anos 1980/1990, e que incluem uma série de medidas, tais como: reformas da economia e do Estado, liberalização do comércio, privatizações, corte nas políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Diante das novas exigências do capital em crise, com o processo de reestruturação produtiva, exige-se cada vez mais do trabalhador “a capacidade de raciocínio abstrato, necessária para operar uma máquina computadorizada (surgia, cada vez mais, a exigência de maior escolaridade”...) (ALVES, 2000, p.141). Assim sendo, o capital, em cada momento histórico, de acordo com as suas mutações, determina o nível de educação adequado às suas exigências. Hoje se requer um trabalhador com rapidez de raciocínio, polivalente, capaz de usar sua criatividade na resolução de problemas e imprevistos, segundo o projeto elaborado pelo capital, que

procura atingir a subjetividade desse trabalhador, no sentido de sua identificação e devoção à empresa na qual trabalha; contribuindo, assim, para aumentar a produtividade da mesma, através de sua superexploração e velar as relações antagônicas existentes entre as classes sociais.

Em relação às políticas neoliberais implantadas, com o incentivo à privatização e ao desmonte das políticas sociais existentes, a educação passa a ser encarada como uma mercadoria, não como um direito, mas um simples negócio, como tão claramente expressou o professor Orlando Mário Ritter, um dos diretores da rede de escolas adventistas, ao afirmar que “encarar a educação como negócio não é sacrilégio. Estamos, afinal, no século XXI” (Revista Veja de 12/09/07, p.118).

Portanto, a educação vem sendo tratada nos mesmos moldes de uma empresa, constituindo-se assim num rendoso campo de investimento para o capital, o que demonstra o caso de empresas educacionais, como a Anhanguera Educacional, que inclui dezenove universidades no Estado de São Paulo, a qual foi a primeira instituição de ensino do país e da América Latina a ingressar na bolsa de valores (Revista Negócios, nº. 4, de 04/06/2007).

Diante de tudo isso, da degradação da educação e do mito de que, através dela os indivíduos terão acesso a condições dignas de vida, o que é desmentido pela realidade de muitos que tiveram acesso a ela, cabe à classe trabalhadora lutar por outro tipo de educação, o que implica lutar por outro tipo de sociedade, já que “uma vez que a educação é a forma como a sociedade prepara os indivíduos para viverem nela mesma, só com outro tipo de sociedade, sem classes, é possível termos outro tipo de educação e outro tipo de relação social” (ORSO, 2002, p. 100). Está posto o desafio. Resta aos verdadeiros produtores da riqueza das nações fazerem sua parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- APPLE, M.W. *Para além da lógica do mercado: Compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Tradução de Gilka L. Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2006.
- MELLO, A. F. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução de Ana e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).

_____. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MORATO, A. N. A proposta de educação do trabalhador fundada na noção de competência: possibilidades e limites. In: BERTOLDO, E & MAGALHÃES, B. (Orgs.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: EDUFAL, p. 103-129, 2005.

ORSO, P. J. As possibilidades e os limites da educação. In: ORSO, P. J. *et al.* (Orgs.). *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*. São Paulo: Ícone, 2002.

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, A. & SEGALLA, A. O novo capitalista brasileiro. *Época Negócios*. 04/06/07, p. 97.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C. *et al* (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3ª. ed. Campinas, São Paulo; Autores associados, p. 17, 2005.

SILVA JÚNIOR, J. R. & FERRETI, C. J. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. São Paulo: Xamã, 2004.

TODESCHINE, M. *Graças a Deus e não a Darwin*. *Veja*. 12/09/07, p. 117.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). *Marco estratégico para a UNESCO do Brasil*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/>>. Acesso em 22/12/06.

ⁱ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E- mail: elacicosta@bol.com.br

ARTIGO RECEBIDO EM 09/03/2009. APROVADO EM 20/04/2009.